

PARECER N.º 20/CITE/2007

Assunto: Parecer prévio nos termos do n.º 1 do artigo 51.º do Código do Trabalho e da alínea c) do n.º 1 do artigo 98.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho
Processo n.º 61 – DP-E/2007

I – OBJECTO

- 1.1. Em 9 de Fevereiro de 2007, a CITE recebeu, da gerência da ..., L.^{da}, um pedido de emissão de parecer prévio ao despedimento da trabalhadora puérpera, ..., a exercer funções de Escriturária de 2.^a, admitida na empresa em 1 de Outubro de 2000, no âmbito de um processo por extinção de posto de trabalho.
- 1.2. Quanto ao fundamento invocado para a extinção do posto de trabalho, a entidade empregadora refere:
 - 1.2.1. Tratar-se de uma empresa de terraplanagens e construção civil que *devido à crise no sector (tem) vindo a atravessar enormes dificuldades* e que, *desde meio de 2004, a firma tem vindo a complicar-se financeiramente e conseqüentemente (tem havido) redução de efectivos no escritório e obras.*
 - 1.2.2. A trabalhadora encontrou-se de baixa médica desde Fevereiro de 2006, teve um bebé em 25 de Outubro de 2006 e, durante tal período, a situação da firma não melhorou, *tendo existido redução de efectivos por falta de pagamento.*
 - 1.2.3. O serviço desempenhado pela referida trabalhadora tem vindo a ser assegurado pela Tesoureira, admitida em 1997.
 - 1.2.4. *Devido à enorme crise, o volume de trabalho reduziu bastante, não sendo possível suportar todas as despesas.* Como tal, encontra-se em fase de reorganização *de modo a tentar recuperar a firma, pelo que (tem) que reduzir a dimensão da mesma.*
 - 1.2.5. Face às dificuldades financeiras e conseqüente falta de pagamento dos serviços e assistência que lhe são prestados não tem *telefone*, nem fax, nem outros.

- 1.3.** A empresa junta cópia da comunicação enviada à trabalhadora, datada de 25 de Janeiro de 2007, na qual refere, *de acordo com os artigos 402.º e seguintes do Código do Trabalho*, o seguinte:
- 1.3.1.** *Em virtude das enormes dificuldades que a firma está a enfrentar, somos obrigados a reduzir postos de trabalho;*
- 1.3.2.** *Como é do seu conhecimento as suas funções têm sido reduzidas devido à falta de condições tanto económicas como tecnológicas e têm sido desempenhadas pela Tesoureira, desde Março de 2006;*
- 1.3.3.** *Estando a firma a tentar reorganizar-se e reduzindo a sua dimensão original a extinção de postos de trabalho;*
- 1.3.4.** *Não havendo volume de trabalho que necessite desta categoria, a mesma será extinta.*
- 1.4.** O processo enviado à CITE integra ainda uma cópia da carta resposta da trabalhadora, dirigida à entidade empregadora, datada de 1 de Fevereiro de 2007 e assinada, cujo texto se transcreve: *Acuso a recepção da V/ carta de 25/01/2007, a qual mereceu a minha melhor atenção e respeito, pois tenho conhecimento da situação da firma, no entanto, pretendo saber informações quanto às minhas contas, indemnização e subsídios em atraso. Muito obrigada.*

II – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1.** A Constituição da República Portuguesa reconhece que a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes (cfr. n.º 2 do artigo 68.º da Constituição da República Portuguesa) e consagra que as mulheres trabalhadoras têm o direito a especial protecção durante a gravidez e após o parto, incluindo a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda de retribuição ou de quaisquer regalias (cfr. n.º 3 do referido preceito legal).

Como consequência de tais previsões legais, o artigo 51.º do Código do Trabalho, em conjugação com o artigo 98.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, determina e regula a especial protecção no despedimento de trabalhadoras grávidas e após o parto.

- 2.2.** Assim, nos termos da mencionada lei ordinária, o despedimento de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante carece sempre de parecer prévio da entidade que tenha competência na área da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, competindo, deste modo, à CITE, emitir o aludido parecer, de acordo com o disposto a alínea e) do n.º 1 do artigo 496.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho.
- 2.3.** Para efeitos do artigo 402.º do Código do Trabalho, *a extinção do posto de trabalho determina o despedimento justificado por motivos económicos, tanto de mercado como estruturais ou tecnológicos, relativos à empresa nos termos previstos para o despedimento colectivo e, de acordo com o n.º 1 do artigo 403.º do referido diploma legal, o despedimento por extinção do posto de trabalho só pode ter lugar desde que, cumulativamente, se verifiquem os seguintes requisitos: os motivos indicados não sejam devidos a uma actuação culposa do empregador ou do trabalhador; seja praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho, não se verifique a existência de contratos a termo para as tarefas correspondentes às do posto de trabalho extinto; não se aplique o regime previsto para o despedimento colectivo e seja posta à disposição do trabalhador a compensação devida.*
- 2.4.** Da análise dos elementos que integram o processo submetido a esta Comissão, afigura-se não ser possível concluir que se verificam, cumulativamente, todos os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 403.º do Código do Trabalho, porquanto a empresa apenas alega motivos de ordem económica para extinguir o posto de trabalho, sem mencionar ou apresentar quaisquer elementos susceptíveis de demonstrar que se encontram reunidos tais requisitos.
- 2.5.** De facto, o presente processo de despedimento por extinção de posto de trabalho deve-se, segundo a entidade empregadora, a dificuldades financeiras que obrigam a reduzir postos de trabalho, à necessidade de reorganização e redução da dimensão da empresa, que origina a extinção de postos de trabalho, à redução da actividade da trabalhadora por falta de condições económicas e tecnológicas, que levou a que as tarefas que desempenhava tenham passado a ser efectuadas pela Tesoureira, desde Março de 2006, e à redução do volume de trabalho, deixando de ser necessária a existência de um posto de trabalho que integre a categoria da trabalhadora. Todavia, verifica-se a falta de elementos demonstrativos dos motivos invocados.

- 2.6. A trabalhadora optou por se pronunciar sobre o despedimento por extinção do seu posto de trabalho, referindo apenas conhecer a situação da empresa e solicitando informações sobre *as (suas) contas, indemnização e subsídios em atraso*.
- 2.7. Ora, embora a trabalhadora possa, naturalmente, conhecer a eventual situação económica difícil que a empresa atravessa, tal não impede que os normativos legais devam ser cumpridos, nomeadamente a demonstração da verificação cumulativa dos requisitos constantes do já aludido n.º 1 do artigo 403.º do Código do Trabalho e, conseqüentemente, a demonstração inequívoca de que, extinto o posto de trabalho, a entidade empregadora não disponha de outro que seja compatível com a categoria da trabalhadora. Só assim seria possível concluir que a subsistência da relação de trabalho se teria tornado impossível.

III – CONCLUSÃO

- 3.1. Face ao que antecede, a CITE emite parecer desfavorável ao despedimento por extinção do posto de trabalho da trabalhadora puérpera ..., no processo promovido pela empresa ..., L.^{da}.

**APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA
CITE DE 2 DE MARÇO DE 2007**